



Todas as principais nações do mundo possuem investimentos em empresas estatais. No Brasil, existem atualmente cerca de 140 empresas estatais federais e uma quantidade incerta de empresas controladas por Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Constituição Federal mostrou preocupação com o tema e exigiu a criação do Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, editado pela Lei nº 13.303/16, contendo dois eixos temáticos: sobre regime de compras e governança corporativa. O primeiro eixo teve inspiração no Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e o segundo, em diretrizes de mercado, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, BM&FBovespa e Comissão de Valores Mobiliários–CVM.

Considerando a relevância e inovação da nova lei, este livro explica cada um de seus dispositivos e, além disso, apresenta suas origens e significados. Isso é possível porque o autor participou ativamente dos debates com a equipe do Relator da Lei nº 13.303/16 no Senado e foi diretamente responsável pela elaboração de vetos presidenciais à lei, da regulamentação federal (Decreto nº 8.945/16) e dos modelos e orientações do Ministério do Planejamento sobre a Lei das Estatais que foram disponibilizados na Internet até a data de edição desta obra.

Autor
Gustavo Amorim Antunes

ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Lei nº 13.303/16 comentada
Em consonância com o Decreto Federal
nº8.945/2016

Área específica
Direito Empresarial.

Áreas afins
Quaisquer áreas relativas à atuação de empresas estatais, notadamente o ramo de Administração de Empresas.

Público-alvo/consumidores
Quaisquer profissionais que atuem com o tema “empresa estatal”, notadamente os empregados dessas empresas, consultores, auditores, conselheiros e membros do governo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001127

A636l

Antunes, Gustavo Amorim

Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16 comentada/ Gustavo Amorim Antunes.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

484 p.

ISBN 978-85-450-0238-3

1. Direito Empresarial. 2. Direito Administrativo. 3. Administração de Empresas. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ANTUNES, Gustavo Amorim. Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16 comentada. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 484 p. ISBN 978-85-450-0238-3.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	19
Art. 14 Proteção contra abuso de função	19
Art. 22 Competência da União para legislar sobre licitação e contratos	20
Art. 28 Vedação para Governador acumular cargo em empresa estatal	21
Art. 34 Hipótese de intervenção da União para assegurar prestação de contas	21
Art. 37 Princípios da administração pública, concurso, teto, criação de estatal e participações minoritárias	22
Art. 52 Limite para operações de crédito	53
Art. 54 Vedação para legislador contratar ou trabalhar em empresa estatal	54
Art. 70 Fiscalização das empresas estatais pelos três Poderes	55
Art. 71 Controle externo das empresas estatais pelo Tribunal de Contas	57
Art. 102 Efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	61
Art. 105 Hipótese de mandato de injunção para omissão legislativa de empresa estatal	61
Art. 109 Competência da Justiça Federal em ação não trabalhista de empresa pública federal	62
Art. 114 Competência da Justiça do Trabalho em ações trabalhistas	63
Art. 144 Competência da Polícia Federal em infrações penais contra empresas públicas	63
Art. 163 Limite para endividamento	64
Art. 165 Inclusão das empresas estatais no orçamento público	66
Art. 166 Tramitação do orçamento público que contém as empresas estatais	73
Art. 167 Inclusão das empresas estatais no orçamento público	77
Art. 169 Limite de gastos com pessoal	85
Art. 173 Estatuto jurídico das empresas estatais	89
Art. 177 Monopólios da União	97
Art. 202 Regra da paridade para benefícios de previdência complementar	99
Título X Ato das disposições constitucionais transitórias	100
Art. 8º Anistia por demissões políticas durante a Ditadura	100
Art. 17 Regra de transição para acumular cargo na área de saúde	101
Art. 18 Perda de estabilidade para admissão sem concurso público	102
Art. 64 Divulgação da Constituição Federal	102
Art. 81 Vinculação dos recursos oriundos de estatização de empresas federais...103	
Art. 97 Precatório para empresa que presta atividade de Estado	104

PARTE II	
GOVERNANÇA	107
Ementa da lei – Debate sobre exploração de atividade econômica	107
Título I Debate sobre as subsidiárias	111
Capítulo I – Disposições preliminares	113
Art. 1º Abrangência	113
Art. 2º Autorização legal para constituir empresa estatal	127
Art. 3º Empresa pública	135
Art. 4º Sociedade de economia mista	140
Capítulo II – Do regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista	144
Seção I – Das normas gerais	144
Art. 5º Forma jurídica	144
Art. 6º Adaptação estatutária	147
Art. 7º Demonstrações contábeis trimestrais	149
Art. 8º Requisitos de transparência	152
Art. 9º Três linhas de defesa em controle interno e gestão de riscos	166
Art. 10 Comitê de elegibilidade	177
Art. 11 Vedação para empresa pública emitir partes beneficiárias e títulos conversíveis em ações	185
Art. 12 Divulgação de remuneração, Código de Integridade e Arbitragem	187
Art. 13 Quantitativo, prazo de gestão e avaliação de administradores e conselheiros	192
Seção II – Do acionista controlador	217
Art. 14 Deveres do acionista controlador	217
Art. 15 Abuso de poder de controle	222
Seção III – Do administrador	225
Art. 16 Normas gerais sobre os administradores	225
Art. 17 Critérios de elegibilidade e seguro para administradores	229
Seção IV – Do Conselho de Administração	262
Art. 18 Competências do Conselho de Administração	262
Art. 19 Minoritários e empregados no Conselho de Administração	267
Art. 20 Limite de conselhos remunerados	270
Art. 21 Responsabilização de conselheiro de administração (vetado)	272
Seção V – Do membro independente do Conselho de Administração	273
Art. 22 Membros independentes no Conselho de Administração	273
Seção VI – Da diretoria	286
Art. 23 Metas empresariais vinculadas ao planejamento estratégico	286
Seção VII – Do Comitê de Auditoria Estatutário	290
Art. 24 Competências do Comitê de Auditoria	290
Art. 25 Composição do Comitê de Auditoria	299
Seção VIII – Do Conselho Fiscal	307
Art. 26 Critérios de elegibilidade e normas sobre Conselho Fiscal	307
Capítulo III – Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista	312
Art. 27 Função social	312
Título II – Mecanismos de fiscalização externa das empresas estatais	317
Capítulo III – Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade	317
Art. 85 Acesso dos órgãos de controle e empresa sediada no exterior	317
Art. 86 Divulgação de informações	322
Art. 87 Denúncia por descumprir esta lei e empresas sediadas no exterior	325
Art. 88 Divulgação da execução dos contratos e orçamentos	329
Art. 89 Vedação para ingerência do órgão supervisor	330
Art. 90 Vedação para ingerência dos órgãos de controle e supervisão	332
Título III – Disposições finais e transitórias	334
Art. 91 Prazo de aplicação	334
Art. 92 Lista de empresas estatais de todos os entes da Federação	338
Art. 93 Limite para gastos com publicidade e patrocínio	340
Art. 94 Sanção financeira à empresa estatal por ato de corrupção	341
Art. 95 Prazo para aprovar o planejamento de longo prazo	342
Art. 97 Entrada em vigor	343
PARTE III	
COMPRAS	345
Título II – Fiscalização da empresa e regime de compras	345
Capítulo I – Das licitações	346
Seção I – Da exigência de licitação e dos casos de dispensa e de inexigibilidade ..	346
Art. 28 Abrangência das licitações	346
Art. 29 Dispensa de licitação	355
Art. 30 Contratação direta	366

Seção II – Disposições de caráter geral sobre licitações e contratos	370
Art. 31 Objetivo da licitação	370
Art. 32 Diretrizes para licitação e contratos	375
Art. 33 Edital da licitação	380
Art. 34 Valor estimado sigiloso	382
Art. 35 Divulgação dos atos e procedimentos licitatórios	385
Art. 36 Pré-qualificação	387
Art. 37 Cadastro de inidôneos	387
Art. 38 Impedimentos para participar de licitação	390
Art. 39 Prazos mínimos	394
Art. 40 Conteúdo mínimo do regulamento de licitações	398
Art. 41 Sanções penais por desconformidade na licitação	400
Seção III – Das normas específicas para obras e serviços	401
Art. 42 Definições e conceitos	401
Art. 43 Regimes de contratação	412
Art. 44 Impedimentos adicionais para licitação de obras e serviços de engenharia	416
Art. 45 Remuneração variável	419
Art. 46 Contratação simultânea	420
Seção IV – Das normas específicas para aquisição de bens	421
Art. 47 Marca, amostragem e certificação	421
Art. 48 Divulgação da relação de aquisições	422
Seção V – Das normas específicas para alienação de bens	423
Art. 49 Avaliação e licitação na alienação de bens	423
Art. 50 Avaliação e licitação para atribuir ônus real	424
Seção VI – Do procedimento de licitação	426
Art. 51 Fases da licitação	426
Art. 52 Modos de disputa	428
Art. 53 Lance intermediário e reinício de disputa aberta	430
Art. 54 Critérios de julgamento	431
Art. 55 Desempate	435
Art. 56 Verificação de efetividade	435
Art. 57 Negociação	437
Art. 58 Habilitação	439
Art. 59 Recursos	441
Art. 60 Homologação	442
Art. 61 Vedação à mudança de ordem e contratação de terceiros	442
Art. 62 Revogação	443
Seção VII – Dos procedimentos auxiliares das licitações	449
Art. 63 Procedimentos auxiliares	450
Art. 64 Pré-qualificação permanente	450
Art. 65 Registro cadastral	453
Art. 66 Registro de preços	453
Art. 67 Catálogo de compras	454
Capítulo II – Dos contratos	455
Seção I – Da formalização dos contratos	455
Art. 68 Contrato privado	455
Art. 69 Cláusulas contratuais mínimas	455
Art. 70 Prestação de garantia	459
Art. 71 Duração dos contratos	461
Art. 72 Alteração dos contratos	462
Art. 73 Formalização dos contratos	463
Art. 74 Acesso aos contratos	463
Art. 75 Acesso aos contratos	464
Art. 76 Correção de vícios e responsabilização por danos correspondentes	466
Art. 77 Encargos trabalhistas exclusivos do contratado	466
Art. 78 Subcontratação	467
Art. 79 Frustração de economia contratada	469
Art. 80 Direitos de produto técnico desenvolvido pelo contratado	470
Seção II – Da alteração dos contratos	470
Art. 81 Hipóteses para alteração de contrato	470
Seção III – Das sanções administrativas	474
Art. 82 Multa por atraso na execução do contrato	474
Art. 83 Sanções por inexecução do contrato	475
Art. 84 Suspensão por inidoneidade	476
Art. 91 Prazo de aplicação	477
Art. 96 Revogação de procedimentos licitatórios para empresas específicas	481
Art. 97 – Entrada em vigor da lei	484